

## **A NOVA PROPOSTA CURRICULAR ESTADUAL DE CIÊNCIAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (CICLO II) – SEE-SP-2008: limites e possibilidades**

Eneida Ferro Rocha<sup>1</sup>

Um dos Grupos de trabalho do VI ENFOCO teve como foco a nova Proposta Curricular de Ciências (PCC), relativa ao Ciclo II do Ensino Fundamental, elaborada e implantada em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE) no início do ano letivo de 2008.

Neste GT-2, o grupo de participantes foi composto quase totalmente por professores de Ciências desse ciclo, tendo contado também com a presença e a colaboração do Prof. Dr. Oscar Negrão Braz Mendonça, do IG/Unicamp, e da Prof<sup>a</sup> Alessandra Lucena, doutoranda da FE/Unicamp, que compõe, como vice-diretora, a equipe gestora de uma escola estadual do município de Indaiatuba/SP, ambos participantes do Grupo FORMAR-Ciências. Desse modo, as discussões puderam ser encaminhadas segundo pelo menos três pontos de vista: dos professores alvo da PCC e responsáveis pela sua aplicação no trabalho com os alunos, que se manifestaram sobre a repercussão da PCC sobre o trabalho docente e discente; da gestão escolar, responsável pela coordenação e pela orientação do processo de implantação/implementação da PCC na Unidade Escolar; e da Academia, responsável pela formação inicial e continuada dos professores.

Com a finalidade de contextualizar a nova PC na história do sistema educacional de São Paulo, a coordenadora dos trabalhos fez uma rápida retrospectiva dos diferentes currículos de Ciências já praticados nas escolas da Rede Estadual de Ensino na segunda metade do século passado. Foram considerados o momento histórico em que cada uma foi produzida, suas características gerais, os processos de elaboração e implementação, com destaque para a participação dos docentes nas diferentes etapas, principalmente da PCC de 1988.

A nova PCC foi, então, analisada na sua estrutura, em seus processos de elaboração, de implantação/implementação nas escolas; também foram discutidos o envolvimento e a participação dos professores nesse processo. Assim, verificou-se que:

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação / FE-Unicamp

- A nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo foi elaborada a partir de julho de 2007, para vigência já em 2008, por uma Equipe de Técnicos designados pela SEE para trabalhar com a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da SEE (CENP). A elaboração dessa proposta, considerada uma possível solução para o baixo desempenho dos alunos verificado numa pesquisa diagnóstica que a precedeu, não teve participação alguma dos professores, que tampouco foram preparados previamente para sua implantação.
- A PCC compõe-se de alguns materiais cujas funções são bem definidas:
  - ❖ o “Caderno do Professor Coordenador”, que subsidia as ações do coordenador como gestor pedagógico, no processo de implantação/implementação da PC e o orienta quanto às formas de intervenção nas práticas escolares e na condução da melhoria do trabalho docente, da aprendizagem dos alunos e da avaliação;
  - ❖ a “Proposta Curricular por Disciplina”, cuja primeira parte apresenta a estrutura e os princípios gerais da PC, comum a todas as disciplinas. A segunda parte aborda a disciplina propriamente dita: são considerados o papel do estudo de Ciências Naturais no Ciclo II do EF, os conteúdos educacionais a ele relacionados (competências) e a organização e a distribuição bimestral dos conteúdos programáticos para cada série;
  - ❖ o “Caderno do Professor”, que contém as orientações sobre o conteúdo do respectivo bimestre e sugestões de atividades, com orientações sobre o tempo previsto, as competências e as habilidades a serem trabalhadas, as estratégias de ensino, os recursos necessários, as respostas que devem ser esperadas dos alunos às questões formuladas e a forma de avaliação;
  - ❖ o “Caderno do Aluno”, que contém, para serem realizadas por ele, as mesmas atividades presentes nos roteiros do caderno do professor, as questões que devem ser respondidas após a sua realização e a lição de casa sobre o mesmo assunto.
- A implantação/implementação ocorreu em duas etapas:
  1. Um período preparatório de quarenta dias – 18/02 a 30/03/2008 –, com o objetivo de promover uma recuperação intensiva, e que privilegiou a leitura, a produção de textos e a matemática (modelos lógico-matemáticos) – Projeto de Recuperação Inicial. Para isso foi elaborado um material específico, composto de: Jornal (cartilha) do aluno, por disciplina e

por série, com um conteúdo predeterminado e atividades a serem realizadas em um número fixo de aulas; Revista do professor, com as habilidades estabelecidas para recuperar/consolidar e as orientações sobre o modo de o professor motivar os alunos, organizar a classe para as tarefas, avaliar e corrigir os produtos das atividades; vídeos tutoriais, com orientações sobre os princípios e a organização do material.

2. Divulgação da Proposta Curricular, propriamente dita, aos professores pelo professor coordenador pedagógico que, pelas instruções específicas e detalhadas constantes em seu caderno, deveria: anunciar a Proposta Curricular, comunicar à comunidade escolar o seu significado e seus objetivos, esclarecer seus fundamentos e princípios, conduzir a reflexão da comunidade escolar e organizar o planejamento da escola com base na Proposta. Para isso foram reservados os dias 31/03 e 01/04. No primeiro dia, foram gastas 4 horas e 50 minutos para tratar da PC Geral comum a todas as disciplinas por intermédio de exposição pelo coordenador, leitura do documento, projeção de vídeo, plenárias com debates e elaboração de texto coletivo, contendo compromissos assumidos e assinados pelos professores, referentes à implementação da PC. O segundo dia foi reservado para apresentar a PC, por disciplinas, com os professores reunidos em grupos para a leitura do documento, projeção do vídeo por disciplina, debates e elaboração dos planos de ensino bimestrais e por série.

A PC apresenta como fundamentos os seguintes princípios: 1) uma escola que também aprende: os gestores, como agentes formadores, deverão aplicar aos professores tudo o que estes devem aplicar a seus alunos; 2) o currículo como espaço de cultura: o professor não se limita a suprir o aluno de saberes, mas é parceiro de fazeres culturais, com seu exemplo de entusiasmo pela cultura humanística, científica, artística e literária; 3) as competências como referências: esse princípio requer que a escola e o plano do professor indiquem o que o aluno vai aprender; 4) prioridade para a competência de leitura e escrita: essencial para a aprendizagem dos conteúdos curriculares de todas as áreas e disciplinas, cujas atividades devem ser oportunidades para os alunos aprenderem e consolidarem o uso da língua portuguesa e das outras linguagens e códigos que fazem parte da cultura; 5) articulação das competências para aprender: apresentar e explicar conteúdos, organizar situações de aprendizagem de conceitos, métodos, formas de agir e pensar, que vão instrumentalizar os alunos para enfrentar os problemas do mundo real; 6) articulação com o mundo do

trabalho: o trabalho como produção de bens e serviços revela-se a prática humana mais importante para conectar os conteúdos do currículo com a realidade.

A análise do modo como a Proposta Curricular se apresenta organizada e está estruturada, sua forma de implantação/implementação, bem como o modo como os professores foram envolvidos nesse projeto educacional, juntamente com os depoimentos dos professores e da gestora presentes, permitiram as seguintes conclusões:

1. Não se trata realmente de uma nova proposta curricular: é um pacote educacional preparado pela SEE-SP/CENP, contendo determinações a serem cumpridas obrigatória e cabalmente pelas escolas da Rede Estadual de ensino, referentes ao trabalho docente a ser desenvolvido pelos professores das diferentes disciplinas do currículo dos ensinos Fundamental-Ciclo II e Médio, capitaneados pela equipe gestora, em especial pelo professor coordenador pedagógico. Este, nomeado exclusivamente para esse fim — há um coordenador para cada unidade escolar da Rede — detém amplos poderes de interferência nas salas de aula e no trabalho docente. Trata-se, portanto, de um material entregue aos professores das disciplinas e ao Coordenador Pedagógico com o carimbo “cumpra-se” e que, a partir de 2009, passou a ser oficialmente o “currículo”, e não mais uma proposta.

2. O ensino de Ciências, bem como o das outras disciplinas, ficou relegado a um segundo plano, uma vez que o foco da nova PC é a aprendizagem das competências, com prioridade para a competência de leitura e escrita, a qual deve permear todas as disciplinas. Os conteúdos programáticos e as atividades surgem mais como pretexto para o exercício dessas competências.

3. Não houve envolvimento de qualquer espécie dos professores, nem antes nem durante a elaboração desses documentos. Tudo foi feito e resolvido pela SEE/CENP, em um semestre, seguindo as orientações da política educacional desse governo. Além disso, a escola perdeu a autonomia na elaboração de sua Proposta Pedagógica (PPP), uma vez que a PC avoca a LDB, pela qual a escola define com autonomia sua PPP, “de acordo com as regras do sistema de ensino a que estão subordinadas”; portanto, essa autonomia é considerada apenas relativa, pois há “limites que são prerrogativas do sistema”, sendo a PC um desses limites. Não mais será levada em conta a realidade da escola: o novo currículo trata de modo igualitário os seis milhões de alunos da Rede Estadual, independentemente das características locais de cada escola ou, pelo menos, de cada região.

4. Apesar do exposto acima, muitos professores de Ciências receberam bem esse novo currículo, por sentirem-se desobrigados de planejar suas aulas, preparar atividade, selecionar materiais e de outros afazeres docentes, uma vez que os cadernos do professor e do aluno já trazem tudo pronto, bastando aplicar e corrigir as respostas dos alunos. Outros se limitam a aplicar apenas as atividades teóricas, não realizando as práticas, e alegam falta de tempo para sua preparação; as atividades experimentais também não são realizadas por falta de material e de local apropriado para isso, ou porque os próprios professores não se sentem preparados para conduzir a sua realização. Em contrapartida, muitos professores comprometidos com seus alunos, que vinham desenvolvendo um trabalho criativo e inovador deixarão de fazê-lo em razão das imposições que esse novo currículo estabelece aos professores.

5. Novamente a SEE bate na tecla da mudança do currículo como forma de “melhorar o desempenho dos alunos” em seu processo de aprendizagem, mas não faz mudança alguma nos tempos e espaços escolares, nas condições de produção dos professores, principalmente no que se refere ao salário. Este continua irrisório e humilhante para um profissional de nível superior, obrigando os docentes a dobrar/triplicar o número de aulas semanais, assumindo cumulativamente aulas nas redes municipais e/ou particulares, para poderem honrar o sustento de suas famílias. Além disso, ao jogar sobre os ombros dos professores toda a responsabilidade pela situação dos maus resultados das avaliações oficiais das escolas e dos alunos, a SEE aumenta ainda mais o desprestígio da profissão docente.

6. Por fim, não podemos deixar de considerar que, além de todas essas características pouco animadoras desse novo currículo, apesar da tentativa de cercar de todas as maneiras o trabalho docente e discente na direção dos seus objetivos, a PC apresenta, na sua organização/estruturação, brechas que permitirão aos professores que delas se aperceberem desenvolver um trabalho verdadeiramente inovador e criativo, a partir desses mesmos materiais, se assim o desejarem.

Os materiais que foram objeto de análise crítica nesse GT2 encontram-se disponíveis no *site* da SEE-SP, no endereço eletrônico abaixo especificado:

<<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/saopaulofazescola/EnsinoFundCicloII/Materiais/tabid/1044/Default.aspx>>. Acessado em 20/01/2010.